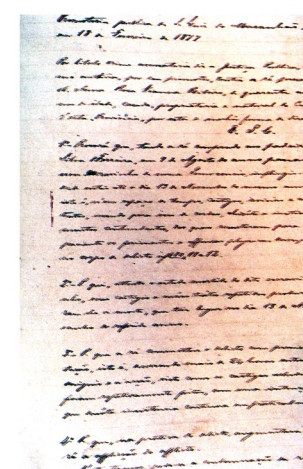
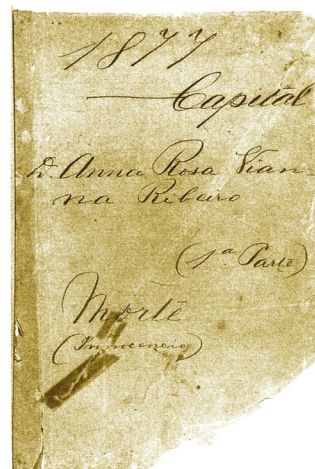


COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA MEMÓRIA TEM NOVA COMPOSIÇÃO

Através da Portaria nº 4.008, de 13 de outubro de 2008, da Procuradora-Geral de Justiça Fátima Travassos, foram designados os novos membros da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público. Sob a coordenação do Promotor de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhede, passaram a integrar a Comissão os também promotores Ana Luiza Almeida Ferro e Cláudio Luiz Frazão Ribeiro. Permanece a funcionária Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos, Coordenadora de Documentação e Biblioteca, à qual se soma Fernando Cardoso Ferreira, novo Coordenador de Comunicação. A mesma portaria definiu como Membros Honorários os Procuradores de Justiça aposentados João Raymundo Leitão e Reinaldo Campos Castro, ambos integrantes, como membros efetivos, da Comissão Gestora em suas anteriores composições, e seus primeiros coordenadores, sucessivamente. A primeira reunião da nova Comissão se realizou em 7 de novembro de 2008, ocasião em que foram aprovadas as ações a implementar no ano vindouro.



Comissão Gestora do Programa Memória reunida no gabinete da Procuradora-Geral de Justiça em novembro de 2008. Da esquerda para a direita, Maria dos Remédios R. dos Santos, Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, Ana Luiza Almeida Ferro, Washington Luiz M. Cantanhede, Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro (Procuradora-Geral de Justiça), Lusival Santos Gaspar Dutra (Promotor de Justiça, Secretário para Assuntos Institucionais), João Raymundo Leitão, Reinaldo Campos Castro e Fernando Cardoso Ferreira.



Capa do processo e libelo-crime acusatório



Óleo sobre tela representando o julgamento

Processo da Baronesa vai para o Memorial do Ministério Público



Governador Jackson Lago assina termo de cessão da documentação histórica ao Ministério Público Estadual, observado pela Procuradora-Geral de Justiça Fátima Travassos

Editorial

Dando continuidade à divulgação das atividades desenvolvidas e planejadas pelo Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, vem a lume mais uma edição do *Informativo MP Memória*.

Ao mesmo tempo, conforme anunciado no número anterior, tem-se a publicação do livro “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império – 1842-1871”, tomos 2 e seguintes do volume 2 da série *Ministério Público do Maranhão: fontes para a sua história* (com lançamento oficial ainda pendente de agendamento), além da primeira edição do caderno *MP Memória* como instrumento de divulgação permanente do Programa Memória. Este segue, em linhas gerais, o formato e o estilo do título homônimo lançado em dezembro de 2004, como forma de apresentação oficial do Programa. Certamente, merecerá, por parte dos leitores, a mesma aceitação e os mesmos elogios de que gozou a primeira versão, esgotada em dois anos.

Além de notícias que constituem registro de interesse histórico da Instituição, apresentam-se, neste número do informativo, as metas do Programa Memória a serem desenvolvidas durante o ano de 2009 e que inaugurarão uma nova etapa das ações de sua Comissão Gestora.

Destaca-se, ainda, a entrevista concedida pela Procuradora-Geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, que anuncia duas importantes conquistas para o Programa Memória do Ministério Público.

A primeira diz respeito à solicitação, ao Governo do Estado, da custódia definitiva do processo movido pelo Promotor Público Celso Magalhães contra D. Ana Rosa Viana Ribeiro, atualmente constante dos arquivos do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Sua destinação ao acervo do Memorial do MP permitirá, pela primeira vez, a exibição pública permanente desse importante documento histórico, protegido pelos sistemas de segurança e conservação necessários.

A guarda desses autos possibilitará sua integral digitalização, facilitando o acesso por parte de pesquisadores e do público em geral e garantindo sua preservação, uma vez que não mais será necessário seu manuseio por quem se interessar em conhecer seu conteúdo.

A segunda conquista anunciada pela Procuradora-Geral é a cessão, também pelo Governo do Estado, de um novo prédio no Centro Histórico de São Luís destinado às instalações do Memorial do Ministério Público, o que permitirá a ampliação e a melhor exposição do acervo evocativo da história da Instituição, constituindo-se, assim, num espaço que sirva não apenas à visitação, mas também à pesquisa.

Essas informações revelam o sucesso das atividades do Programa Memória no sentido de chamar a atenção para a importância da preservação do patrimônio histórico – jurídico e cultural – da Instituição, aí incluídas as marcas deixadas pela atuação de seu patrono, o Promotor Público Celso Magalhães. Entretanto, fazem reconhecer, também, tudo o que ainda precisa ser feito para garantir essa preservação. Tem-se exemplo disso na fotografia que ilustra este editorial, feita neste final de 2008, que retrata a casa onde viveu e faleceu aquele importante personagem. Localizado na Rua das Hortas, no Centro de São Luís, o imóvel conheceu, nos últimos anos, lamentável deterioração que põe em risco sua existência, o que privaria o Ministério Público e a sociedade maranhense de ter ali preservada, no futuro, a história daquele que, no século XIX, preconizou o Ministério Público combativo e defensor dos direitos fundamentais que hoje conhecemos, ao levar a Júri Popular a futura Baronesa de Grajaú, D. Ana Rosa Viana Ribeiro, em razão do homicídio de um jovem escravo. Esperemos ser possível, na próxima edição deste informativo, trazer notícia mais alentadora sobre o estado desse imóvel, cuja preservação tanto poderia enaltecer a história do Ministério Público de nosso Estado.

A Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão deseja, portanto, que seja proveitosa a leitura deste informativo, ao mesmo tempo em que faz um convite para que todos participem das atividades a serem desenvolvidas, contribuindo, assim, para tornar o Ministério Público, tal como foi e como hoje é, conhecido pelas futuras gerações.



NOTÍCIAS

GALERIA



Evocando visualmente a história institucional do Ministério Público, a galeria de ex-Procuradores-Gerais de Justiça do Maranhão, exposta no Memorial do Ministério Público, recebeu novo quadro. Com a inclusão do retrato do ex-Procurador-Geral Francisco das Chagas Barros de Sousa, que ocupou o cargo no biênio 2006/2008, a galeria de ex-Procuradores-Gerais passa a abranger o período desde 1967, quando foi criado o cargo, até 2008.

ESTATÍSTICA DA VISITAÇÃO AO MEMORIAL EM 4 ANOS

O número de visitantes do Memorial do Ministério Público cresce a cada ano, destacando-se os estudantes de várias instituições públicas e privadas, nos vários níveis de ensino, assim como turistas de diferentes países (Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Holanda, Argentina, Espanha, Estados Unidos, Portugal, Japão, Canadá, Uruguai, Suíça, Austrália etc), além de membros e servidores do MP, inclusive promotores e procuradores de justiça dos vários estados da Federação (a maioria em visita a São Luís quando da realização de eventos institucionais), sem contar as pessoas da própria comunidade de um modo geral. Ainda em 2004, a casa registrou a presença de 128 visitantes. Nos anos seguintes a visitação alcançou os seguintes números: 2005 - 1.164 pessoas, 2006 - 1.316; 2007 - 1.596; e 2008 - 2.694 até o dia 20 de novembro.



Procurador de Justiça aposentado José de Ribamar Araújo, primeiro Corregedor-Geral do MP do Maranhão, em visita ao Memorial, posa em frente à galeria com o seu retrato, surpreso e grato em face da homenagem que desconhecia (reside fora do Estado).

NOVAS PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Em 31 de outubro de 2008, o Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão acolheu duas novas integrantes. Maria Luiza Ribeiro Martins e Themis Maria Pacheco Carvalho foram promovidas, respectivamente, pelos critérios de merecimento e antiguidade. Maria Luiza Ribeiro Martins, que assumiu a vaga decorrente da aposentadoria do Procurador Reinaldo Campos Castro, ocupava, na primeira instância, a 18ª Promotoria de Justiça Criminal e exercia a função de Promotora-Corregedora. Themis Maria Pacheco Carvalho, promovida em decorrência da aposentadoria da Procuradora Francisca Pereira Teive, era titular da 4ª Promotoria de Investigação Criminal.



Themis Maria Pacheco Carvalho e Maria Luiza Ribeiro Martins na solenidade de posse como procuradoras de justiça.

NOTÍCIAS

POSSE DA NOVA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

O último número do *Informativo MP Memória* (maio.2008) anunciou a nomeação da Procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro para o cargo de Procuradora-Geral de Justiça para o biênio junho/2008 a junho/2010. Em seguida a esse ato, já no dia 13 de junho, a nova Procuradora-Geral foi empossada, em solenidade realizada no Teatro Arthur Azevedo. No dia anterior, foi realizada missa em ação de graças no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça. Das páginas do Ministério Público Estadual e do Governo do Estado na internet colhem-se, mesclados, os registros seguintes.

A solenidade teve a presença do Governador Jackson Lago, de autoridades dos meios jurídico e governamental, além de membros e servidores do MPMA. “Diante de tantas personalidades comprometidas com os direitos dos cidadãos, acredito que esse instante sirva para aumentar a nossa convicção de que um outro Maranhão é possível. Percebe-se como isso é necessário em um Estado que tem 1,5 milhão de analfabetos. Esse imenso contingente ganha um aliado cada vez mais forte”, disse o Governador.

Representando o presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, Marfan Martins Vieira, a procuradora-geral de justiça do Ceará, Maria do Socorro França lembrou que Fátima Travassos “recebe o MP maranhense em um momento de transformações, em que o Brasil inteiro luta pelos direitos coletivos e não mais privilegia os direitos individuais”.

“Hoje é o marco inicial de uma longa jornada para enfrentar o mais poderoso de todos os desafios: conduzir o Ministério Público em harmonia com as tendências do nosso tempo, que exige liderança forte e criativa e a união de todos em torno do objetivo comum: o bem de toda a sociedade”, resumiu Fátima Travassos.

Em seu discurso, a nova procuradora-geral de justiça falou dos obstáculos impostos pelo orçamento reduzido destinado ao Ministério Público. Lembrou, mais uma vez, da defasagem de 52 cargos de promotor de justiça, o que dificulta o atendimento adequado das demandas sociais.

Trajectoria - No Ministério Público desde 1987, a nova procuradora-geral passou pelas comarcas de Riachão, Dom Pedro, Rosário, Imperatriz, Itapecuru Mirim e Bacabal. Em São Luís, foi titular da 14ª Promotoria Cível e da 15ª Promotoria Criminal (Promotoria de Justiça Especializada em Crimes contra Criança e Adolescente). Presidiu a Associação do Ministério Público do Maranhão (AMPÉM) por dois mandatos consecutivos (dez.1999 a dez.2003). Em novembro de 2007, foi promovida a procuradora de justiça, tendo atuado na 3ª Procuradoria Criminal.”



ENTREVISTA

FÁTIMA TRAVASSOS

Procuradora-Geral de Justiça

Eleita e nomeada em 12 de maio de 2008, a nova Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão para o biênio junho/2008—junho/2010, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, tomou posse em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça realizada no histórico Teatro Artur Azevedo, de São Luís, no dia 13 de junho.

A nova PGJ, antes de encerrar os primeiros seis meses de sua gestão, contabilizou um feito histórico para o Ministério Público maranhense no que diz respeito à valorização da memória institucional: a instâncias da Comissão Gestora do Programa Memória do Ministério Público, obteve do Governo do Estado a cessão dos autos do Processo da Baronesa, conjunto documental que era objeto de reivindicação há duas gestões, para exibição no Memorial do Ministério Público, por materializar a atuação do Promotor Público Celso Magalhães, Patrono do MP Estadual, no processo-crime de que tratam os referidos autos.

Nesta entrevista ao *Informativo MP Memória número 4*, também publicada no caderno *MP Memória número 1*, instrumento de divulgação permanente do Programa, Fátima Travassos, que é fundadora da cadeira patroneada por Celso Magalhães na Academia Vianense de Letras, ofereceu sua visão e anunciou as próximas metas relativas ao Programa Memória, quando ainda lutava pela cessão dos autos do Processo da Baronesa.



“O Programa é um 'lugar de memória'. Ele é o espaço de encontro entre o passado dos que fizeram e serviram a Instituição e a história que está sendo escrita hoje”

MP Memória - QUAL A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA MEMÓRIA?

Fátima Travassos - A ocorrência de mudanças aceleradas no mundo contemporâneo, provocadas pelo processo de globalização das relações capitalistas, traz embutido, também, um processo de homogeneização dessas relações, criando sensação de perda ou desconhecimento dos elos e nexos de cada pessoa, grupo ou instituição. Essa situação conduz à busca das raízes, de forma a assegurar a preservação dos valores e elementos de identidade pessoal ou coletiva.

A memória é a certeza do presente. E a história é vital para o crescimento. No Memorial, por exemplo, o cidadão conhece a história da Instituição e de seus membros, bem como a importância do Ministério Público no contexto social – o seu papel como guardião da lei e defensor dos direitos dos cidadãos.

MP Memória - O PROGRAMA TAMBÉM PODE CONTRIBUIR PARA O PLANEJAMENTO DE AÇÕES FUTURAS?

Fátima Travassos - O Programa permite revelar o dinâmico papel que o Ministério Público vem exercendo na sociedade, a ponto de sintonizá-lo na busca de respostas às questões fundamentais da atualidade. Com base no conhecimento, resgatado pelo Programa, podemos ter informações acerca das experiências vividas e dos fatos, ações e agentes sociais que contribuíram para a ocorrência acelerada de mudanças, as lutas, conquistas e as verdadeiras atribuições do Promotor e do Procurador de Justiça.

Estas e muitas outras preocupações demonstram que há uma visão de mundo e uma sensibilidade do Ministério Público atual na busca e explicitação de sua história em sintonia com o movimento geral da sociedade. O Programa é um "lugar de memória". Ele é o espaço de encontro entre o passado dos que fizeram e serviram a Instituição e a história que está sendo escrita hoje.

MP Memória - QUAIS AS AÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE O SEU MANDATO RELATIVAS AO PROGRAMA MEMÓRIA?

Fátima Travassos - Neste primeiro momento de administração, estamos trabalhando para a ampliação do Memorial do Ministério Público. Já realizamos reuniões com o Governador do Estado, Jackson Lago, e com o Secretário de Cultura, Joãozinho Ribeiro. O Governo comprometeu-se a ceder um prédio maior para o Memorial no Centro Histórico de São Luís, o que permitirá a ampliação do acervo em exposição e, conseqüentemente, possibilitará à sociedade o resgate mais detalhado da história do Ministério Público, desde a sua origem até os dias de hoje, quando o MP foi transformado pela Constituição no "Poder Cidadão".

Também aguardamos do Governo do Estado a autorização para guarda permanente dos autos do famoso processo-crime contra a Baronesa de Grajaú (1876-1877), em que Celso Magalhães, Promotor Público de São Luís, atuou na acusação, levando-a ao Tribunal do Júri Popular por ter assassinado um escravo. Essa documentação encontra-se guardada há décadas, sem exposição pública, no Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Celso Magalhães foi um homem à frente de seu tempo, como agente de transformação social. É um exemplo de Promotor de Justiça. Um patrimônio da história do Estado e da ética social

(Entrevista realizada pela Coordenadoria de Comunicação da Procuradoria Geral de Justiça)

METAS DO PROGRAMA MEMÓRIA PARA O ANO DE 2009

Através da Resolução nº 04/2004, o então Projeto Memória do Ministério Público Estadual foi transformado em Programa Institucional, ganhando caráter permanente na preservação da história do *Parquet* maranhense.

Dando continuidade às ações desenvolvidas já sob essa perspectiva, novas metas se anunciam para o ano de 2009, iniciando-se com a reforma da própria Resolução nº 04/2004 e da Portaria nº 2.202/2004, que disciplinou o Concurso Celso Magalhães de Monografias, com o objetivo de adequá-las às necessidades constatadas ao longo de quatro anos de atividades do Programa.

Destacam-se, entretanto, as iniciativas planejadas e definidas de acordo com o relato seguinte.

Criação da Associação de Amigos do Programa Memória do Ministério Público – Com a participação de membros aposentados e da ativa, ex-funcionários e atuais servidores do Ministério Público maranhense, pretende-se constituir uma entidade de natureza cultural, sem fins lucrativos, visando a dar integral apoio e captar recursos, materiais ou não, para o desenvolvimento e a intensificação das atividades do Programa Memória.

Atualização do link institucional do Programa Memória na internet – Em articulação com a Coordenadoria de Informática da Procuradoria-Geral de Justiça, será providenciada a atualização do *website* do Programa Memória, possibilitando, assim, a divulgação de suas linhas de atuação, apresentação de suas ações concretas e de seus objetivos, tornando, ainda, disponíveis suas publicações, documentos e imagens para consulta e *download*.

Elaboração do projeto História Oral Institucional – Será iniciada pesquisa em história oral com membros do Ministério Público, aposentados e da ativa, objetivando registrar e reunir um conjunto de depoimentos importantes sobre a trajetória do *Parquet* maranhense, constituindo, assim, uma nova linha de atuação do Programa Memória. **O Procurador de Justiça aposentado João Raymundo Leitão, ex-Corregedor-Geral do Ministério Público e que foi o primeiro coordenador do Programa Memória, terá sua trajetória inaugurando a série**, a partir de um depoimento prestado por ele ao atual coordenador, Promotor de Justiça Washington Cantanhêde.

Articulação do Programa Memória com o de Gestão de Documentos – Será buscada a uniformização de procedimentos referentes à Política de Preservação e Conservação da Documentação Institucional, possibilitando, assim, a articulação entre os Programas Memória e de Gestão de Documentos, que passarão a ter planejamento conjunto, no sentido de garantir a manutenção do acervo institucional e a recuperação e disponibilização de informações para pesquisa histórica.

Tudo isso sem descurar das linhas de atuação que até agora garantiram a visibilidade do Programa: a continuidade do funcionamento diário do Memorial, assim como das publicações do Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá, destacando-se a “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império – 1872-1889”, em vários tomos do volume 2 da série *Ministério Público do Maranhão: fontes para a sua história*.

arquivamento, no sentido de que a autoria dos danos, e mesmo da quebra de normalidade da ordem pública naquela época, não poderia ser imputada a sete estudantes, sob pena de temeridade e, afinal, de injustiça, pois a prática dos atos envolvera aglomerados humanos, partira da multidão enfurecida, acrescentando, corajosamente:

“Expectativa generalizada e aspiração reprimida durante muitos anos foram elementos que contribuíram sensivelmente para a explosão do evento com muita turbulência.

Conquista de memoráveis lutas estudantis, a meia passagem foi injustificadamente suprimida ao arrepio da lei numa época de exceção.”

“Pelo acompanhamento dos fatos, sabe-se que o movimento estudantil, por sinal, puramente reivindicatório, despido de cunho ideológico-político, decorria pacificamente, quando, no seu desenrolar e percurso, foi infiltrado por desviados sociais, que tinham por objetivo criar o pânico através do apedrejamento de casas comerciais, ônibus e carros para facilitar as suas ações criminosas na prática de furtos e roubos.

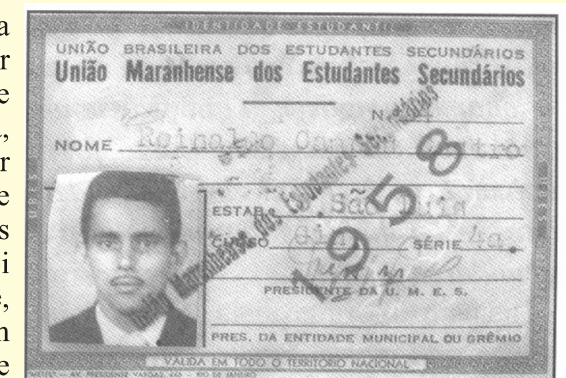
Conquanto não se possa eximir a participação de estudantes, revoltados com o aparato policial e as repressões sofridas nos eventos descritos na peça indiciária, injusto seria deflagrar sobre alguns todo o peso de uma ação penal.”

“Denunciar jovens, além de tudo, estudantes, por atos próprios daqueles que em razão da idade são renovadores, arrebatados e impulsivos na prática reivindicatória, seria constrangedor, já que indeterminada a responsabilidade dos mesmos pelos fatos repulsivos e condenáveis.”

Em janeiro de 1984, por merecimento, Reinaldo Campos Castro foi promovido para o cargo de 19º Promotor de Justiça da Comarca de São Luís (4ª entrância) e dois anos depois, em 1986, também por merecimento, foi promovido para o cargo de Procurador de Justiça.

Extrapolando as lides jurídicas, mas sem fugir inteiramente da área do Direito, Reinaldo Campos Castro lecionou por alguns anos a disciplina Sociologia, como professor assistente da UFMA.

Em 2003, com o início das atividades do então Projeto Memória do Ministério Público Estadual, Reinaldo Campos Castro foi, por ato do Procurador-Geral de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, integrado à respectiva comissão coordenadora, formada em dezembro de 2002, então presidida pelo Procurador de Justiça João Raymundo Leitão, seu amigo, contemporâneo de lutas estudantis na antiga União Maranhense dos Estudantes Secundaristas (UMES) e colega do Ministério Público. Aliás, foi sob a presidência de João Leitão, estudante do Liceu Maranhense, que a UMES conseguiu, em 1957, a aprovação da meia passagem por lei municipal, depois desrespeitada, fato motivador da Greve de 79.



Aos 70 anos, decano do Ministério Público e no exercício do cargo de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, também exercendo a coordenação da Comissão Gestora do Programa Memória desde a aposentadoria do colega João Leitão, ocorrida em junho de 2006, Doutor Reinaldo aposentou-se compulsoriamente em agosto de 2008, deixando um dignificante exemplo de vida e de trabalho para as novas gerações de promotores e procuradores de justiça do Maranhão.

Alegra-se a Comissão Gestora do Programa Memória com o fato de tê-lo na composição da equipe, assim como ao seu antecessor na coordenação dos trabalhos, Doutor Leitão, agora seus membros honorários.

Dignifica as atividades desenvolvidas pelo Programa e lhe confere a imprescindível aura memorialística, que é de sua essência, o exercício da busca na memória pessoal, pelos membros Reinaldo Campos Castro e João Raymundo Leitão, em cada reunião, de informações sobre pessoas, fatos e coisas tão caros à história do Ministério Público do Maranhão na última metade do Século XX. É puro deleite ouvi-los.

Matéria resultante de mescla do que foi publicado no site oficial da PGJ/MA em agosto de 2008 (redação de Luiz Alexandre Brenha Raposo) com informações acrescentadas pelo Promotor de Justiça Washington Cantanhêde.

REGISTRO EM HOMENAGEM AO EX-COORDENADOR DO PROGRAMA MEMÓRIA

TRAJETÓRIA DO PROCURADOR DE JUSTIÇA REINALDO CAMPOS CASTRO



Segundo filho de uma família de sete irmãos, Reinaldo Campos Castro nasceu no povoado Coivaras, do Município de Viana-MA, no dia 18 de agosto de 1938.

Enquanto a humanidade registrava um dos momentos mais sangrentos da história, precisamente a II Guerra Mundial, naquele distante lugarejo da Baixada Maranhense, o menino vivia uma infância feliz e saudável, cercado pelo aconchego familiar e por uma natureza ainda quase intocada.

Alfabetizado pela tia, a professora Minolda Ferreira Campos (que também ensinava e era a diretora na pequena Escola Municipal de Coivaras), Reinaldo mostrou desde cedo sua inclinação para os estudos. Por isso, seus pais, o comerciante Antonio Cutrim Castro e a esposa Eponina Campos Castro, decidiram investir no futuro do menino. Assim, aos 12 anos, depois de cursar as três primeiras séries do antigo Primário, o garoto foi encaminhado para a capital, sob os cuidados

de um tio materno, a fim de prosseguir nos estudos.

Da Escola Modelo, onde fez a 4ª série, o jovem estudante precisou transferir-se para o extinto Centro Artístico Maranhense, que oferecia 5ª série no turno noturno, a fim de poder iniciar, aos quatorze anos de idade, a longa jornada de trabalho que o aguardava pela frente durante a sua vida. O primeiro emprego foi como mensageiro em The Western Telegraph Company, popularmente conhecida como “Cabo Submarino”, que mantinha sua agência na Praça Pedro II, no centro histórico de São Luís-MA, ao lado do prédio do Tribunal de Justiça.

Dessa época, enquanto cursava o ginásio e posteriormente o 2º grau no também extinto Colégio de São Luís, ficaram as lembranças das tardes inteiras em que circulava por toda a São Luís a pé, de ônibus ou bonde, para entregar os telegramas aos seus destinatários. Aos 17 anos, inscreveu-se na Escola de Telegrafista do *Cabo Submarino* e, no ano seguinte, foi promovido ao cargo de telegrafista, deixando, dessa maneira, de percorrer as ruas da cidade para assumir uma função técnica na companhia.

Sabendo conciliar o tempo entre o trabalho de telegrafista e a vida de estudante universitário, o filho de Seu Antonio e Dona Eponina pôde graduar-se pela antiga Faculdade de Direito, em 1967, aos 29 anos de idade.

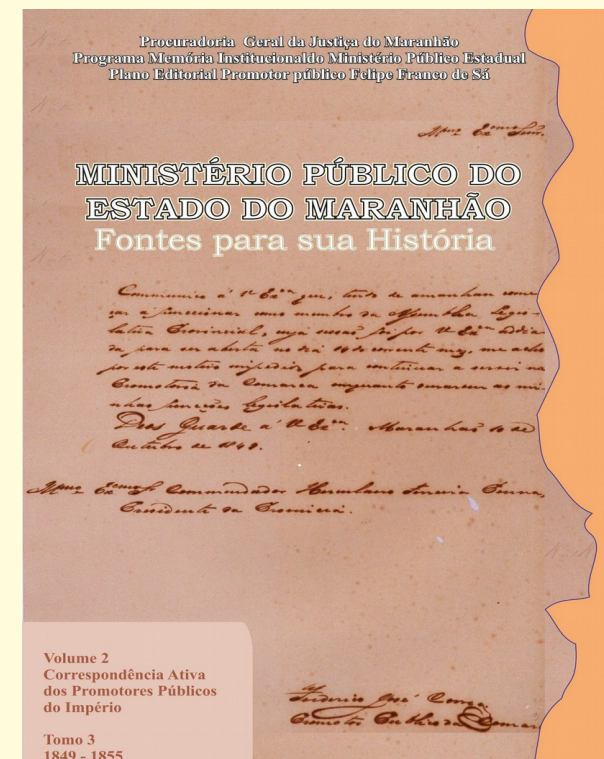
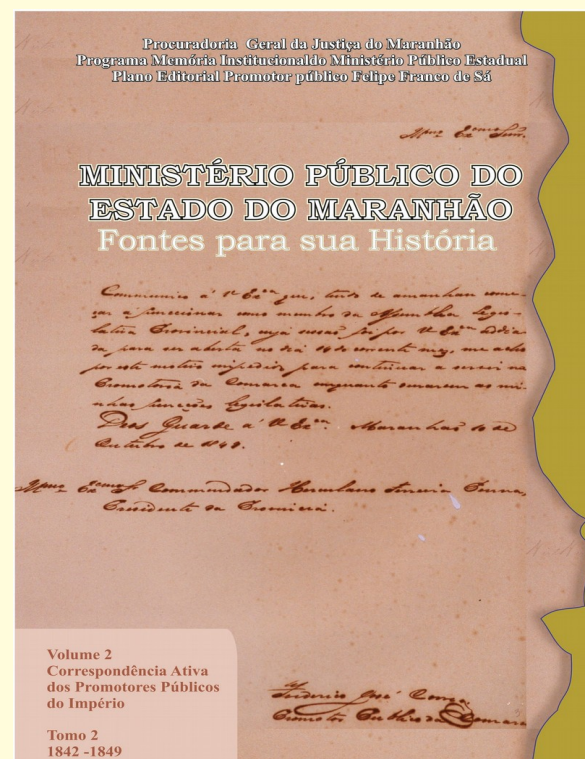
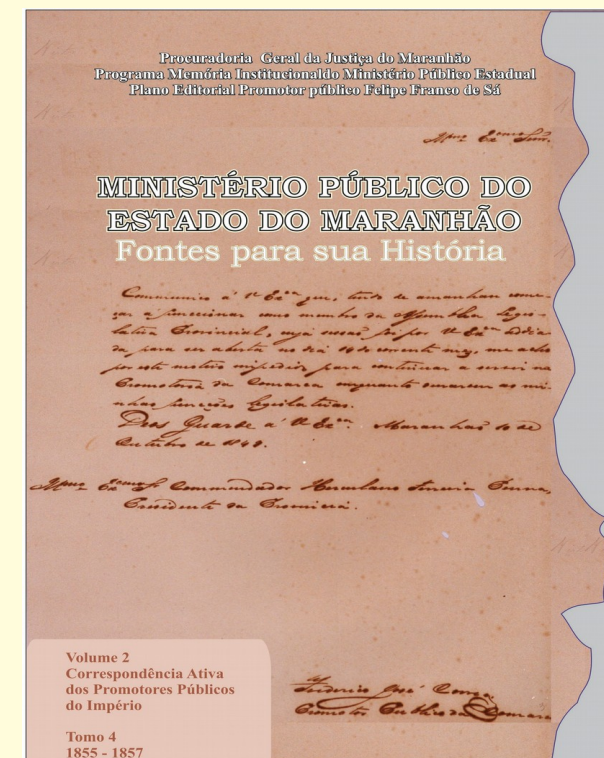
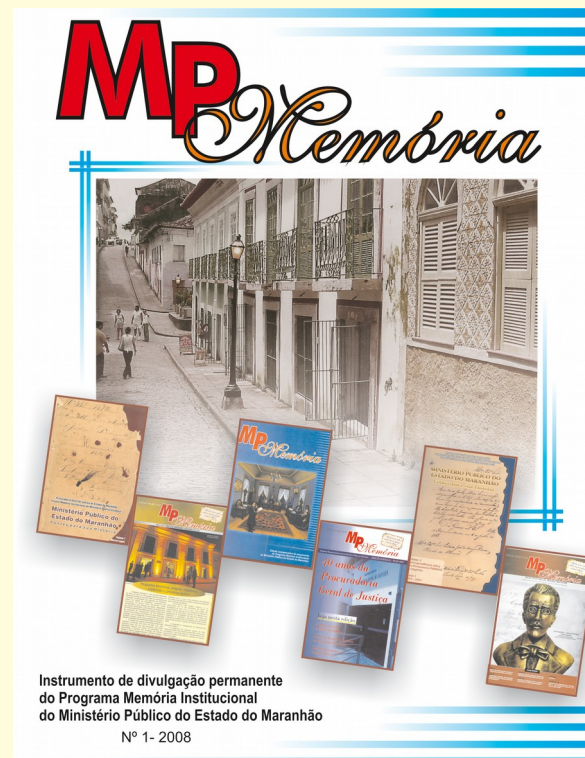
Em julho de 1969 foi aprovado no concurso para o Ministério Público, mas o emprego no *Cabo Submarino* somente seria abandonado três meses depois, quando saiu sua nomeação como Promotor Público. Por esse tempo, já havia trazido os pais e os seis irmãos para residirem em São Luís. Também nesse período já se iniciara na carreira do magistério, lecionando as disciplinas Economia Política, Direito Usual e Legislação Aplicada na Escola Técnica do Comércio do Maranhão.

A primeira comarca onde assumiu a Promotoria Pública foi a de Barreirinhas, em que permaneceu por quatro anos. Posteriormente, foi posto à disposição da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, tendo atuado em promotorias cíveis e criminais da Capital. Em outubro de 1979 foi promovido por antiguidade para a Promotoria da Comarca de Chapadinha (2ª entrância). Um ano após, por permuta, transferiu-se para a de Itapecuru-Mirim. Em 1981 foi novamente promovido por antiguidade para a Comarca de Bacabal (3ª entrância).

Quando ainda era o titular da Promotoria da Comarca de Barreirinhas, casou-se com Maria de Jesus Soares Castro em 15 de julho de 1972, nascendo dessa união os filhos Reinaldo Campos Castro Júnior (1975) e Rogério Soares Castro (1979). Casados, respectivamente, com Anna Victorya Pinho Aragão Castro e Janaína Silva Pires Castro, os filhos de Reinaldo aumentaram a família, especialmente com o nascimento das netas Anna Kataryna Pinho Aragão Soares Castro e Giovanna Silva Pires Soares Castro.

Atuando, em substituição, na 3ª Promotoria de Justiça de São Luís, foi de sua lavra a promoção de arquivamento, em março de 1980, do inquérito policial nº 044/1979, em que figuravam como indiciados os então estudantes Juarez Medeiros Filho (hoje Promotor de Justiça), Antonio Agenor Gomes (hoje Juiz de Direito), Jomar Fernandes Pereira Filho (ex-deputado federal e ex-prefeito de Imperatriz) e outros, tidos como autores de danos ao patrimônio público e privado, fatos inicialmente tipificados pela Polícia Federal como crimes contra a Segurança Nacional, depois desclassificados por decisão da Justiça Militar de Fortaleza, por isso que remetidos à Justiça Comum de São Luís. Os estudantes indiciados eram os líderes da Greve da Meia Passagem, deflagrada a 17 de setembro de 1979, em plena ditadura militar. Manifestou-se Doutor Reinaldo, fundamentando o pedido de

OBRAS DO PLANO EDITORIAL EM 2008



MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: NOVOS TEMPOS

Processo da Baronesa sob a guarda do Ministério Público

Em curso, as providências para obtenção de um novo prédio

Tornou-se realidade o tão almejado enriquecimento do acervo do Memorial do MP maranhense mediante a aquisição dos autos do processo-crime movido pela Promotoria Pública da Capital, no ano de 1876, contra Anna Rosa Vianna Ribeiro, importante dama da sociedade local (Baronesa de Grajaú a partir de 1884), acusada como mandante do homicídio de uma criança escrava de sua propriedade.

Naquele processo, a ré foi absolvida e o recurso do promotor público Celso Magalhães foi julgado improcedente pelo Tribunal da Relação, a corte de justiça provincial da época.

O processo e sua repercussão constituem página eloqüente da história da luta abolicionista em solo maranhense. Como represália por sua atuação destemida, Celso Magalhães foi demitido, injustamente, “a bem do serviço público” e veio a falecer pouco tempo depois (1879).

Não restava dúvida, portanto, de que a instituição mais interessada na preservação da memória desses importantes fatos históricos é o Ministério Público, vez que, diretamente envolvido em tais episódios, deles emergiu deveras enaltecido.

Impõe-se à Instituição manter a guarda e conservação de tudo quanto diga respeito a tais eventos, especialmente dos autos do processo criminal, expondo-os em seu Memorial com o devido cuidado e, após digitalização e transcrição, disponibilizando-os para o potencial conhecimento dos maranhenses e visitantes que, em grande número, circulam diariamente pelo Centro Histórico de São Luís. Tal benefício não vinha sendo garantido no estado em que se encontravam tais documentos pertencentes ao patrimônio público: trancados em um arquivo de aço do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, onde foram parar por volta de 1975, entregues pelo escritor Josué Montello, que os recebera das mãos do, então como hoje, senador José Sarney, e os mantivera consigo enquanto escrevia o romance *Os tambores de São Luís*, obra na qual o crime e o processo da Baronesa de Grajaú foram recriados literariamente. Segundo declaração de Montello em um de seus livros de memórias, os autos do histórico processo teriam sido recolhidos por Sarney de uma pilha de papéis destinados à incineração pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, quando ele ali trabalhava (primeira metade dos anos 1950).

O Governador Jackson Lago firmou o termo de cessão dos autos do Processo da Baronesa ao Ministério Público Estadual na solenidade de abertura do I Congresso Estadual da Instituição, que se realizou no período de 1º a 3 de dezembro, como realização de compromisso da plataforma de atuação da Procuradora-Geral Fátima Travassos.

Segundo o Governador, a transferência do processo criminal para o Memorial do Ministério Público lhe confere um destino mais familiar. “No Ministério Público do Estado esse documento da nossa história estará mais em casa, mais em família”, ressaltou Jackson Lago, que, então, foi agraciado com a Medalha do Mérito do Ministério Público Celso Magalhães, honraria concedida pelo Colégio de Procuradores de Justiça em sessão realizada no último dia 30 de novembro, em reconhecimento à sua atuação como chefe do Estado. Para a Procuradora-Geral Fátima Travassos, a medalha conferida ao Governador representou o reconhecimento público da preocupação de sua administração no combate à pobreza e às carências das minorias.

Agora, a expectativa é pela ampliação das instalações físicas do espaço museológico, mediante cessão, também pelo Governo do Estado, de um novo prédio no Centro Histórico de São Luís para as instalações do Memorial, o que permitirá a ampliação e a exposição mais adequada do acervo, além de maior conforto na visitação. Autorizados, membros da Administração Superior já estiveram em visita ao casario do entrono da Praia Grande a fim de escolher a futura sede do Memorial.



Procurador de Justiça João Leitão apresenta a seus colegas corregedores-gerais o Processo da Baronesa quando de sua exibição temporária no Memorial (2004/2005).



Corregedores-gerais do MP de diversos estados observam os autos do processo.



Governador Jackson Lago assina termo de transferência definitiva do Processo da Baronesa para o Memorial do Ministério Público.